

**Acesso à educação superior e inclusão social: análise do modelo da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil.**

Mauro Mendes Braga, Universidade Federal de Minas Gerais.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, Universidade Federal de Minas Gerais.

**Resumo**

O artigo tem por objetivo analisar o impacto, como medidas de inclusão social, das alterações promovidas pela UFMG para o ingresso na graduação em 2009: o programa de bônus para escola pública e autodeclarados negros e a expansão de vagas no turno noturno. Foram analisados os resultados dos vestibulares relativos ao ingresso em 2008 e em 2009, orientados pelas respostas dadas pelos candidatos no questionário socioeconômico. Verificou-se que houve elevação dos padrões de inclusão social presentes até então na Universidade, tendo sido mais expressivo o efeito produzido pelo programa de bônus. Apesar de ter tido impacto menor, a expansão de vagas contribuiu de forma efetiva para essa elevação. O período de apenas um ano de vigência dessas medidas demanda que seja dado prosseguimento a essas análises.

Palavras-chave: inclusão social – acesso à educação superior – programa de bônus – vestibular.

**Introdução**

A inclusão social é tema que hoje ocupa as atenções no debate acerca dos processos de desenvolvimento econômico e social, em particular, em torno do acesso ao ensino superior. Objeto de diversas conferências internacionais<sup>1</sup>, seu conceito e sua aplicação têm gerado debates e polêmicas<sup>2</sup>, com posições bastante polarizadas, não raro, ideologicamente matizadas. Tais características, além de pouco contribuir para o avanço do conhecimento, podem levar ao descarte de alternativas de inclusão cujo potencial poderia ser explorado.

A educação superior ocupa lugar destacado nesse debate, tendo em vista as possibilidades que proporciona para a mobilidade social dos indivíduos, principalmente quando se trata da primeira geração que nela se forma. Buscando suprir a escassez de

---

<sup>1</sup> Entre outras, lembramos a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, com o objetivo de estruturar um plano de ação para satisfazer necessidades de aprendizagem; a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais de Jovens e Adultos, em Salamanca, Espanha, em 1994, que reforçou o papel da escola regular na inclusão dos indivíduos com necessidade especial; a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, África do Sul, em 2001, que instou os Estados-nação ao combate à discriminação.

<sup>2</sup> Sobre a polêmica em torno do conceito, ver principalmente Castel, 2004.

referências para estabelecer um padrão de inclusão social, Sposati (1998) considerou quatro utopias que levariam à sua concretização: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. A autonomia diz respeito à capacidade e possibilidade de o cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais. A qualidade de vida implica em melhor distribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica, bem como a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo com menor grau de degradação e precariedade. O desenvolvimento humano compreende a possibilidade de todos os cidadãos se desenvolverem com o menor grau de privação e sofrimento, enquanto a equidade está relacionada à manifestação e respeito às diferenças, sem discriminação ou restrição do acesso aos direitos e sem estigmatizar as diferenças.

A educação superior participa de diversas formas da concretização dessas utopias. Conforme Chauí (2001), a universidade é uma instituição social que realiza e exprime a sociedade de que é e faz parte. Ela “não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p.35), o que justifica seu compromisso com a promoção da inclusão social.

No debate atual sobre a educação superior brasileira este compromisso tem estado presente com a proposição de mecanismos de acesso e permanência com o objetivo de atribuir-lhes caráter mais inclusivo e equitativo. A preocupação com os estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas está contemplada nessas propostas, assim como a possibilidade de utilização de políticas de ação afirmativa e do sistema de cotas<sup>3</sup>. Essas políticas, contudo, têm enfrentado resistências para sua implementação, principalmente no que concerne ao acesso nesse nível de ensino, por ser justamente neste momento que o ideal do mérito baseado na concepção liberal de igualdade de oportunidades se contrapõe à perspectiva de respeito ao princípio da diferença. Princípio este voltado para o tratamento igualitário destinado a proporcionar uma real igualdade de oportunidades, buscando atender aqueles que têm menos dotes inatos e os oriundos de posições sociais menos favoráveis. Nessa perspectiva, mérito significa capacidade dos estudantes de, por meio do esforço realizado em condições adversas, superarem as dificuldades “mesmo que os resultados ainda não sejam os

---

<sup>3</sup> Ação afirmativa entendida como “qualquer medida que aloca bens (...) com base no pertencimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, na população estudantil universitária e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub-representados em razão de discriminações passadas ou recentes” (FERES e ZONINSEIN, 2006, p.21).

mesmos que os daqueles estudantes que se encontravam em situações bem mais favoráveis. O mérito concebido com medida justa do empenho de cada um” (MOEHLECKE, 2004, p. 774). Outro ponto presente no questionamento dessas políticas se refere à possibilidade de aceitação das desigualdades como resultantes da condição de pobreza dos indivíduos, associadas ou não às questões raciais. Nessa perspectiva, questiona-se se devem ser adotadas apenas políticas universais ou políticas direcionadas a grupos raciais específicos.

Moehlecke (2004) ressalta, contudo, que a implementação de políticas sociais apenas na educação superior nem sempre é suficiente para resolver uma situação de desigualdade. Como a relação entre raça e classe social se faz de modo complexo em diversos países, gerando uma combinação de discriminação racial e social, políticas de ação afirmativa não seriam suficientes para equacionar essa questão, sendo necessária a aplicação de medidas complementares. A democratização do acesso e a maior equidade na oferta na educação superior dependem também da associação entre a expansão da escolarização da população e a melhoria da qualidade da educação básica oferecida. Assim, as intervenções devem se fazer por meio de uma atuação concertada sobre o conjunto de fatores causadores da exclusão, não só para que políticas de discriminação positiva não se convertam em discriminação negativa, mas, também, para que cada componente desse processo contribua, na medida exata das suas possibilidades, para concretizar o objetivo a ser atingido.

Questão importante a ser observada no que concerne à educação superior, diz respeito à taxa de escolarização nesse nível de ensino que, no Brasil atingia 30%, em 2007. Dados da UNESCO para este mesmo ano evidenciam a inadequação dessa taxa para dar seguimento à realização do projeto de desenvolvimento do País<sup>4</sup>. Em 2007, enquanto a taxa bruta de escolarização dos países em desenvolvimento era de 18%, a dos países desenvolvidos era de 67% e de 58% naqueles que se encontravam em transição nesse processo. Considerando os continentes, essa taxa atingia 35% na América Latina, e 70% na América do Norte e Europa Ocidental. Esse patamar de escolarização dos brasileiros no nível superior é, portanto, incompatível com a posição de país emergente ocupa por ele. Nesse sentido, o Brasil precisa de urgente definição e implementação de políticas destinadas a superar essa exclusão social que tão fortemente o caracteriza na educação superior.

---

<sup>4</sup> Llegar a los marginalizados – Informe de seguimiento de la EPT en el mundo – 2010, UNESCO, <http://www.unesco.org/education/gmr2010/ch2-es.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2010.

Esse artigo tem por objetivo discutir ações desenvolvidas no âmbito de uma universidade, voltadas para a promoção de maior equidade no ingresso de seus estudantes, por meio da análise da experiência recente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2008, esta Universidade introduziu dois mecanismos no ingresso para os cursos de graduação, a serem aplicados no exame vestibular para ingresso em 2009: a aplicação de bônus para estudantes que tivessem cursado em escolas públicas pelo menos da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental e todo o ensino médio e, dentre esses, bônus adicional para estudantes que se autodeclararam negros; a ampliação de mais de mil novas vagas, sendo quase 70% delas ofertadas no turno noturno. Cursar escola pública na educação básica é entendido como indicador da condição de pobreza do indivíduo, enquanto a ampliação de vagas resultou do projeto da Universidade para o Programa de Reformulação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em que o noturno é entendido como turno que tem forte potencial para promover a inclusão social, por abranger maior número de estudantes trabalhadores.

Buscando identificar o impacto dessas alterações na promoção de maior equidade na seleção de estudantes, inicialmente será caracterizado o processo seletivo da Universidade para, em seguida detalhar as mudanças que foram introduzidas em 2009. Na seqüência serão analisados dados comparativos dos resultados dos vestibulares de 2008 e 2009, de modo a caracterizar as mudanças que foram registradas no perfil de candidatos e aprovados e, eventualmente, considerar situações específicas de cursos. Dessa forma, será possível estimar a contribuição do programa de bônus e da expansão de vagas para as mudanças observadas. A seguir, será descrito o perfil dos candidatos que foram aprovados com o benefício do programa de bônus, considerando a escola de origem do candidato na educação básica e a sua declaração de raça ou cor. Por fim, será analisado o efeito da expansão de vagas, buscando avaliar o impacto produzido sobre o número de aprovados da escola pública e de negros.

### **O vestibular da UFMG**

O vestibular na Universidade Federal de Minas Gerais tem sido objeto de permanente análise e debate, em especial na busca de sua adequação ao funcionamento da educação básica. Permanente também é a preocupação com a atualização dos requisitos destinados a garantir condições adequadas de segurança, considerando o

elevado número de candidatos que a ele concorrem<sup>5</sup>, bem como a preocupação com questões relacionadas à alteração da demanda por vagas no ensino superior e à diversidade social da composição dessa demanda. O modelo segue um formato básico, que foi definido na segunda metade dos anos 1970.

É coordenado pela Comissão Permanente de Vestibular – COPEVE, composta por docentes da Universidade, que se encarregam dos aspectos administrativos, operacionais e pedagógicos envolvidos em sua execução. O exame é realizado uma vez por ano, em duas etapas. A primeira, composta por oito provas de múltipla escolha: português, matemática, física, química, história, geografia e língua estrangeira<sup>6</sup>. A segunda etapa é discursiva, constando de uma prova obrigatória de redação, e de um conjunto variável de uma até três provas, entre as matérias da primeira etapa e que são estabelecidas a partir de propostas dos cursos. Os candidatos de alguns cursos são também chamados a prestarem provas de habilidades específicas. No ato da inscrição, os candidatos preenchem um questionário socioeconômico, composto, entre outros, por itens como: renda familiar, nível de instrução e profissão dos pais, aspectos da trajetória escolar, declaração de cor ou raça.

A etapa de preparação envolve também atividades direcionadas ao esclarecimento de candidatos e das escolas do ensino médio sobre o concurso, realizando reuniões com professores e diretores dessas escolas para discutir as provas do concurso do ano anterior e informar sobre mudanças que serão implementadas naquele ano. São também elaborados cadernos pedagógicos com a apresentação das soluções das questões das provas do ano anterior e realizada a “Mostra das Profissões”, destinada a apresentar aos estudantes do ensino médio os cursos que oferecidos no vestibular.

Para propiciar condições de igualdade na competição aos jovens pertencentes a famílias com menor renda, a UFMG mantém, desde 1971, programa de isenção da taxa de inscrição no concurso. Esse programa beneficia, por ano, cerca de 30% dos candidatos e utiliza como critérios de análise a categoria administrativa da escola de ensino médio frequentada pelo candidato, o grau de escolaridade do provedor da família, a posse de bens móveis e imóveis, e a renda mensal per capita do grupo familiar.

---

<sup>5</sup> Entre 1992 e 2002, o número de candidatos ao vestibular da Universidade quase triplicou, passando de 32 mil para 85 mil, número que sofreu redução a partir de 2006. Essa demanda está estabilizada em torno de 60 mil.

<sup>6</sup> O candidato pode optar entre inglês, francês e espanhol.

## Perfil dos candidatos aos vestibulares para 2008 e 2009

Do ponto de vista metodológico, antes da análise dos resultados dos vestibulares de 2008 e 2009, cabe fazer algumas observações. As informações que serão analisadas foram extraídas do questionário socioeconômico, preenchido pelos candidatos quando se inscrevem para o vestibular. Nele, o tipo de escola freqüentado pelo candidato no ensino médio tem sido verificado por meio da questão: “em que tipo de escola você cursou integralmente, ou na maior parte, o ensino médio?” As opções de resposta são: “escola federal”, “escola estadual”, “escola municipal”, “escola particular” e “curso livre”. Por ser esta a informação disponível, embora o programa de bônus tenha sido estruturado para beneficiar apenas os estudantes que cursaram os sete últimos anos da educação básica em escolas públicas, será considerado como egresso de escola pública o candidato que respondeu a essa pergunta com uma das seguintes opções: federal, estadual ou municipal. A identificação de cor ou raça, por sua vez, é obtida pela autodeclaração do candidato no mesmo questionário, ao responder à questão: “qual a sua raça ou cor?”, que tem como opções de resposta: “branca”, “preta”, “parda”, “amarela”, “indígena” e “não desejo declarar”.

O perfil dos inscritos nos vestibulares dos anos de 2008 e 2009, em termos da categoria administrativa da escola e de sua declaração de raça ou cor, está descrito nas duas tabelas a seguir. Como se observa na tabela 1, em termos da escola de ensino médio, este perfil praticamente não mudou nos dois anos considerados. O número total de candidatos diminuiu cerca de 7%, redução que foi observada para todos os tipos de escolas. Ela foi muito pouco expressiva nas escolas federais ( $\approx 1\%$ ) e mais acentuada nas escolas municipais, onde atingiu 11%.

Tabela 1: Candidatos por categoria administrativa da escola de ensino médio; número e percentual.<sup>7</sup>

| Escola do ensino médio  | 2008   |      | 2009   |      |
|-------------------------|--------|------|--------|------|
|                         | Número | %    | Número | %    |
| Privada                 | 33.246 | 50,6 | 30.505 | 50,1 |
| Pública                 |        |      |        |      |
| Federal                 | 2.784  | 4,2  | 2.890  | 4,5  |
| Estadual                | 25.394 | 38,6 | 23.652 | 39,1 |
| Municipal               | 4.134  | 6,3  | 3.664  | 6,0  |
| Total de escola pública | 32.132 | 49,1 | 30.231 | 49,6 |

Esses candidatos concorreram a 4684 vagas em 2008 e a 6020 vagas em 2009, valores determinantes para caracterizar o elevado grau de seletividade social existente nesse processo de ingresso. Observe-se que nem a expansão de vagas, nem o

<sup>7</sup> Os percentuais de escolas públicas e privadas não totalizam 100% porque os candidatos oriundos de cursos livres, como os supletivos, são classificados em categoria específica.

programa de bônus reverteram a tendência de diminuição no número de candidatos ao vestibular da UFMG, presente desde 2002. Essa tendência decorre das variações observadas nos inscritos egressos do ensino médio público: de perto de 52 mil, em 2002, eles passaram a ser 30 mil, em 2009, uma redução de 40%, em sete anos. Na rede privada, esse número tem variado menos, passando de 33 mil em 2002, para 31 mil, em 2009, uma redução de cerca de 7%, no período.

Que fatores poderiam explicar a redução no número de inscritos da rede pública e a tendência de manutenção do número de candidatos da rede privada? No período entre 2002 e 2005, foi determinante o decréscimo no número de concluintes do ensino médio no estado de Minas Gerais. Outros estudos realizados pelos autores revelaram que o número de candidatos ao vestibular da UFMG vinculava-se estreitamente ao de concluintes do ensino médio no estado, nos três anos anteriores ao concurso. Esse número decresceu acentuadamente entre 1999 e 2002, passando, em valores aproximados, de 204 mil para 145 mil, enquanto na rede privada o decréscimo correspondente foi bem menor, de 35 mil para 30 mil concluintes.

Apesar de, após 2002, o número de concluintes do ensino médio na rede pública do estado ter voltado a crescer, esse fator não reverteu a tendência de diminuição do número de candidatos ao vestibular da UFMG. É possível que o Programa Universidade para Todos (Prouni), que possibilita aos estudantes do ensino médio público alcançar vaga gratuita em instituição privada de ensino superior, tenha contribuído para esse resultado, sobretudo considerando estudantes que avaliam ser pequena a sua chance de aprovação no vestibular da UFMG, e/ou que não conseguiram a isenção da taxa de inscrição.

No que concerne à declaração de raça ou cor, a mudança no perfil dos concorrentes foi bem mais expressiva. Houve redução tanto do número quanto do percentual daqueles que não quiseram declarar sua raça ou cor, caindo de 6,3% do total de inscritos em 2008, para 5% em 2009. Além disso, como mostra a tabela 2, entre aqueles que declararam, foi expressiva a redução dos que se identificaram como “branco” e pronunciado o aumento dos que se identificaram como pardos, de sorte que a diferença entre a proporção de brancos e negros<sup>8</sup> caiu de quase 20 pontos percentuais

---

<sup>8</sup> O termo negro é empregado para agrupar candidatos que se declararam pardos ou pretos.

para menos de 5 pontos percentuais de um ano a outro.

Tabela 2: Vestibular UFMG: candidatos brancos e negros por autodeclaração de raça ou cor; número e percentual apenas dos que fizeram a declaração.

| Raça ou cor     | 2008   |       | 2009   |       |
|-----------------|--------|-------|--------|-------|
|                 | Número | %     | Número | %     |
| Brancos         | 35.923 | 58,6% | 29.522 | 51,1% |
| Negros          |        |       |        |       |
| Pardos          | 18.619 | 30,4% | 21.174 | 36,7% |
| Pretos          | 5.319  | 8,7%  | 5.815  | 10,1% |
| Total de Negros | 23.938 | 39,1% | 26.919 | 46,8% |

Desde 2003, quando a UFMG passou a apurar a informação sobre raça ou cor dos candidatos ao vestibular, variações interessantes ocorreram que merecem ser mencionadas. Entre 2003 e 2005, a proporção dos brancos decresceu em cerca de seis pontos percentuais e houve correspondente acréscimo da percentagem dos negros; entre 2005 e 2008, a proporção de brancos e negros permaneceu estável; em 2009 verificou-se pronunciado acréscimo da percentagem de negros, e decréscimo correspondente da proporção de brancos, alteração que, provavelmente, deve ser atribuída à instituição do programa de bônus<sup>9</sup>.

### Perfil dos aprovados dos vestibulares de 2008 e 2009

Ao contrário do que foi observado no universo dos inscritos, foi expressiva a diferença entre os aprovados na proporção dos egressos das diversas categorias administrativas de escolas, à exceção dos oriundos de escolas federais, como consta da tabela 3. As maiores alterações foram observadas entre os inscritos que vieram das escolas estaduais, cuja proporção aumentou em mais de dez pontos percentuais, e para os das escolas privadas, cuja proporção diminuiu em mais de dez pontos percentuais. Entre os egressos das escolas municipais, o aumento correspondente foi de pouco mais de um ponto percentual. O número destes na lista de aprovados de 2009, no entanto, foi 55% maior do que na lista de 2008, ou seja, atingiu um aumento percentual de 2,4 vezes que o verificado na oferta de vagas.

<sup>9</sup> Em todo o período considerado, o percentual dos que se declararam amarelos situou-se entre 2,0% e 3,0% e o de indígenas, entre 0,5% e 1,0%.



Tabela 3: Vestibular UFMG: aprovados por categoria administrativa da escola de ensino médio freqüentada; número e percentual<sup>10</sup>

| Escola de ensino médio  | 2008   |      | 2009   |      |
|-------------------------|--------|------|--------|------|
|                         | Número | %    | Número | %    |
| Privada                 | 3.154  | 66,9 | 3.216  | 55,3 |
| Pública                 |        |      |        |      |
| Federal                 | 503    | 10,7 | 644    | 11,1 |
| Estadual                | 866    | 18,4 | 1.656  | 28,5 |
| Municipal               | 185    | 3,9  | 288    | 5,0  |
| Total de escola pública | 1.554  | 33,0 | 2.588  | 44,5 |

O número de aprovados egressos das escolas estaduais quase que dobrou, em comparação com o ano anterior, aumento bem mais expressivo que o verificado em relação ao de vagas oferecidas, que foi de aproximadamente 25%. Já no caso dos estudantes das escolas federais, a proporção desse aumento foi praticamente igual ao verificado no número de vagas e, na rede privada, o crescimento observado no número de estudantes admitidos foi insignificante em relação ao aumento de vagas.

De 2002 a 2007, houve acentuada queda do percentual de egressos da rede pública entre os aprovados: a proporção passou de cerca de 40% para pouco mais de 30%. Em 2008, verificou-se pequeno aumento percentual dos egressos da rede pública e apurações mais aprofundadas revelaram não ter sido esse aumento significativo, do ponto de vista estatístico, em comparação com a série histórica. Em 2009, foi pronunciado o acréscimo de egressos das escolas públicas entre os aprovados e sua proporção alcançou 45%, valor ainda não observado na UFMG, pelo menos desde os anos 1980. Ainda assim, a percentagem de egressos das escolas públicas entre os candidatos ao vestibular – cerca de 50% – permanece superior à observada entre os aprovados.

No que concerne à declaração de cor ou raça, as mudanças foram ainda mais acentuadas, como pode ser verificado na tabela 4. A proporção de brancos caiu mais de 16 pontos percentuais, e, como a de negros cresceu praticamente na mesma proporção, foram pouco expressivas as alterações observadas entre os amarelos e indígenas.

<sup>10</sup> O total de aprovados é um pouco menor do que o número de vagas, porque em dois cursos elas não foram preenchidas integralmente, em razão do grande número de inscritos que incorreram nos critérios de eliminação. Além disso, dois cursos que a UFMG ofertou a partir de 2009, com total de 70 vagas, tiveram vestibular a parte e não estão sendo considerados neste trabalho.

Tabela 4: Vestibular UFMG: perfil dos aprovados por autodeclaração de raça ou cor

| Raça ou cor     | 2008   |      | 2009   |      |
|-----------------|--------|------|--------|------|
|                 | Número | %    | Número | %    |
| Branços         | 2.880  | 68,7 | 2.770  | 52,4 |
| Negros          |        |      |        |      |
| Pardos          | 1.062  | 25,8 | 1.992  | 37,7 |
| Pretos          | 175    | 4,2  | 437    | 8,3  |
| Total de Negros | 1.237  | 30,0 | 2.429  | 46,0 |

Pretos e pardos, contudo, foram beneficiados de forma diversa nessas mudanças. O número de pardos quase que dobrou, passando a representar mais de 1/3 do universo de aprovados de 2009, contra 1/4, do ano anterior. Em consequência, eles estão representados no universo dos aprovados de 2009 em proporção superior à que foi encontrada para os candidatos<sup>11</sup>. O número de pretos, por sua vez, aumentou em volume bem maior: cerca de 150%, dobrando sua presença relativa entre os aprovados. Eles, entretanto, continuam a estar em proporção inferior à encontrada entre os candidatos. Observe-se, ainda, que mesmo com a expressiva redução percentual da presença de brancos entre os aprovados, eles permanecem representados, nesse universo, em proporção superior a existente entre os candidatos.

Evidentemente, o cenário descrito no parágrafo anterior se refere apenas ao total de alunos que concorreram e foram aprovados no vestibular. Considerando cada curso individualmente, contudo, a realidade pode divergir muito desse perfil global. Esse aspecto será abordado mais adiante.

A tabela 5 sumaria a comparação dos resultados observados em 2008 e 2009, no que se refere à declaração de raça ou cor dos aprovados. Apesar do aumento de vagas, houve decréscimo no número de brancos e quase nenhuma alteração no número dos que se identificaram como indígenas, enquanto os que se declararam amarelos cresceram em proporção praticamente igual à do aumento de vagas. Os que se declararam pardos ou pretos foram os que mais se beneficiaram das modificações implementadas, fato que não surpreende, pois o programa de bônus foi desenhado com o propósito de privilegiar esse grupo de estudantes.

<sup>11</sup> Os dados apresentados nas tabelas 4 e 2 permitem comprovar as comparações feitas nesse parágrafo.

Tabela 5: Comparação de aprovados nos vestibulares de 2008 e 2009, por autodeclaração de raça ou cor

|                      | Amarelos | Branços | Índios | Pardos | Pretos |
|----------------------|----------|---------|--------|--------|--------|
| % aumento no número  | 23%      | - 4%    | 0%     | 88%    | 150%   |
| Pontos % de variação | 0,1%     | -16,3   | - 0,1% | 11,9   | 4,1    |

A séria histórica de percentuais de brancos e negros entre os aprovados, conforme a declaração de raça ou cor, revela resultado similar ao observado para o universo dos inscritos. Entre 2003 e 2006, houve crescimento moderado da proporção de negros, com correspondente decréscimo da proporção de brancos; estabilidade da proporção de brancos e negros, entre 2006 e 2008; e, em 2009, pronunciado acréscimo do percentual de negros, novamente acompanhado de acentuado decréscimo no percentual de brancos.

As questões apresentadas neste item revelam que as alterações introduzidas no vestibular em 2009, a saber, a expansão de vagas do programa Reuni e a adoção do programa de bônus para egressos de escolas públicas resultaram em substancial efeito de inclusão social. A Universidade passou a admitir um contingente bem mais expressivo de egressos das escolas públicas do ensino médio e também de estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos, alcançando, em 2009, patamares até então inéditos na Instituição.

É preciso atentar, contudo, para a complexidade compreendida no conceito de inclusão social. Assim como, segundo Martins (1997), o indivíduo excluído está sempre incluído de uma forma precária e marginal em uma outra categoria social, o fato de um estudante ter sido incluído na Universidade não significa que a problemática envolvida na sua condição anterior de vida está solucionada. Esses novos estudantes precisam receber um tratamento adequado, não só da Universidade, de forma a não caracterizar uma situação de inclusão que é excludente. Ou seja, o ingresso no ensino superior é condição necessária, mas não suficiente, para a superação da exclusão social, ao proporcionar possibilidades de mudança no status social do indivíduo. Tanto as condições para o bom desempenho do estudante ao longo do curso devem ser promovidas, como ele precisa encontrar na sociedade condições para uma realização profissional que seja ela também promotora da inclusão social.

Diversos outros aspectos derivados da conclusão de que ocorreu maior inclusão social na UFMG devem ser ainda considerados. Qual a importância relativa dessas duas alterações para a inclusão social na Universidade? A expansão de vagas e o programa de

bônus tiveram efeito comparável ou um deles foi preponderante? A inclusão social ocorreu apenas em cursos de baixo prestígio social ou ultrapassou esses limites? O efeito de inclusão social acarretou a admissão na UFMG de estudantes despreparados para prosseguirem seus estudos nas carreiras que escolheram? Essas questões serão analisadas nos itens subseqüentes.

## **O efeito do bônus**

Conforme já mencionado, para ter direito ao bônus o candidato deve comprovar ter cursado pelo menos os sete últimos anos da educação básica em escolas públicas. O bônus consiste em acréscimo de 15% nas notas daqueles que se declararem pretos ou pardos e de 10% na dos alunos de escolas públicas. O Conselho Universitário aprovou essa medida para vigorar, experimentalmente, por quatro anos, sendo avaliada ao final deste período. Serão aqui averiguados os efeitos do primeiro ano do programa sobre o perfil dos estudantes e sobre os cursos.

### 1) Aspectos Gerais

Na tabela 6, apresenta-se por categoria de bônus, o número de estudantes aprovados no vestibular que obtiveram o benefício e o número daqueles que dele dependeram para serem aprovados. Dos 5.813 estudantes aprovados, 2.084 foram beneficiados com o bônus, ou seja, 36% do total, mas apenas 1/3 deles dependeram desse mecanismo para serem aprovados. Isto é, 12% das vagas foram preenchidas por estudantes que dependeram do bônus, enquanto que 24% delas foram preenchidas por candidatos que optaram pelo benefício, mas que seriam aprovados independentemente dele. A comparação das tabelas 3 e 6 indica, ainda, que outros 504 estudantes oriundos de escolas públicas, correspondendo a 9% das vagas, foram aprovados sem terem optado pelo bônus<sup>12</sup>. Isto se deve ou ao fato de o benefício não ter sido solicitado, ou por terem feito a opção, mas não terem comprovado o tempo de escola pública, conforme exigido.

---

<sup>12</sup> A tabela 3 registra a aprovação de 2.588 estudantes de escolas públicas e a tabela 7 informa que apenas 2.084 deles foram beneficiados com o bônus. Portanto, outros 504 egressos de escolas públicas lograram aprovação, sem terem obtido o benefício do bônus.

Tabela 6: Aprovados que fizeram uso do bônus e que dependeram dele para a aprovação; número e percentual.

| Aprovados           | Bônus 10% |    | Bônus 15% |    | Total  |     |
|---------------------|-----------|----|-----------|----|--------|-----|
|                     | número    | %  | número    | %  | número | %   |
| Receberam o bônus   | 713       | 34 | 1.371     | 66 | 2.084  | 100 |
| Dependeram do bônus | 182       | 26 | 511       | 74 | 693    | 100 |

A tabela 6 permite ainda verificar o efeito do bônus sobre a composição de raça ou cor do grupo de aprovados. Considerando as duas categorias, 10% e 15%, do programa, foram concedidos cerca de 15.000 bônus, sendo 1/3 deles de 10% e 2/3 de 15%. Ou seja, os aprovados que se declararam brancos ou negros foram beneficiados em proporção similar à presença desses grupos entre os candidatos. A situação é um pouco diferente quando se observa exclusivamente o conjunto dos aprovados que dependeram do bônus para a aprovação. Desses 693 estudantes, quase 3/4 se autotransformaram como pretos ou pardos, ou seja, comparativamente à presença dos grupos de brancos e negros egressos de escolas públicas entre os beneficiados com o bônus, o programa foi um pouco mais determinante para a aprovação de negros do que de brancos, resultado correspondente ao maior percentual de acréscimo atribuído ao estudante negro.

Nesta tabela está indicado também que 1.371 dos estudantes aprovados contemplados com o bônus são egressos de escolas públicas e se identificaram como pretos ou pardos. Desses, apenas 511, ou seja, pouco mais de 1/3 dependeram dele para a aprovação. Os demais seriam aprovados, mesmo sem o bônus. A comparação dos registros das tabelas 6 e 4 revela ainda que outros 1.058 estudantes que se declararam negros e que não se beneficiaram do programa<sup>13</sup> – ou por serem oriundos de escolas privadas, ou por nele não terem se inscrito ou, ainda, por não terem comprovado os sete anos de escolaridade em escolas públicas – foram também aprovados. Em suma, apenas 1/5 dos estudantes negros aprovados no vestibular da UFMG de 2009 dependeram do programa de bônus.

Verifica-se, portanto, que embora tendo tido efeito para a aprovação de um conjunto expressivo de candidatos no vestibular de 2009, o programa de bônus determinou o preenchimento de uma fração minoritária das vagas e, entre os beneficiados, a grande maioria seria aprovada sem ele. É necessário saber qual seria o

<sup>13</sup> A tabela 4 informa que 2.429 estudantes negros foram aprovados e a tabela 6, que 1.371 negros aprovados foram beneficiados pelo programa de bônus.

perfil dos aprovados na hipótese da inexistência do bônus, questão que será abordada mais ao final, após a análise desse programa em articulação com o que seria possível esperar da expansão de vagas decorrente do Reuni.

Pode-se adiantar, contudo, uma simulação do que ocorreria na ausência do programa de bônus, conforme dados apresentados na tabela 7. Três aspectos dessa simulação devem ser ressaltados: a) ela consiste apenas num resultado aproximado, porque candidatos que não foram selecionados para a segunda etapa o seriam caso não tivesse havido o bônus e não há como simular o desempenho deles nesta etapa; b) aprovados com bônus, com sete anos de escola pública, podem ser substituídos por outros, também dessas escolas, mas que não obtiveram o bônus por falta de comprovação da escolaridade pública; c) negros aprovados com sete anos de escola pública e que receberam o bônus, podem ser substituídos por outros, também negros, mas egressos de escolas privadas, ou que não comprovaram os sete anos de escolaridade pública.

Tabela 7: Resultados registrados versus resultados simulados numa situação de ausência do bônus; percentuais.

| Resultados | Escola do ensino médio |          |           |         | Raça ou cor declarada <sup>14</sup> |       |       |
|------------|------------------------|----------|-----------|---------|-------------------------------------|-------|-------|
|            | Federal                | Estadual | Municipal | Privada | Branca                              | Parda | Preta |
| Real       | 11,1                   | 28,5     | 5,0       | 55,3    | 52,4                                | 37,7  | 8,3   |
| Simulado   | 9,3                    | 21,9     | 3,9       | 64,8    | 57,8                                | 33,4  | 7,0   |

Os resultados da simulação, apresentados na tabela 7, sugerem que o programa de bônus foi mais importante para aumentar a inclusão na Universidade de estudantes oriundos de escolas públicas do que para a de estudantes negros. Sem o programa, a proporção de egressos de escolas públicas teria sido inferior ao resultado real em cerca de dez pontos percentuais, enquanto que a de negros seria inferior ao resultado real em aproximadamente seis pontos percentuais.

## 2) Perfil dos Candidatos que Dependem do Programa de Bônus para a aprovação

Neste item, a análise vai se voltar apenas para aqueles estudantes que efetivamente dependeram do bônus para serem aprovados, considerando-se o tipo de escola de ensino médio que frequentaram, a autodeclaração de cor ou raça e os cursos em que foi maior e menor a quantidade de aprovados dependentes do programa. As

<sup>14</sup> Considerados apenas aqueles que declararam sua raça ou cor.

tabelas 8 e 9 contêm, respectivamente, dados sobre a escola de ensino médio e a autodeclaração de cor ou raça.

Tabela 8: Aprovados que dependeram do bônus, por categoria administrativa da escola pública de ensino médio

| Federal |    | Estadual |    | Municipal |    | Total  |     |
|---------|----|----------|----|-----------|----|--------|-----|
| Número  | %  | Número   | %  | Número    | %  | Número | %   |
| 145     | 21 | 470      | 68 | 78        | 11 | 693    | 100 |

Tabela 9: Aprovados que dependeram do bônus, por autodeclaração de raça ou cor

| Branca |    | Parda  |    | Preta  |    | Total  |     |
|--------|----|--------|----|--------|----|--------|-----|
| Número | %  | Número | %  | Número | %  | Número | %   |
| 182    | 26 | 411    | 59 | 100    | 15 | 693    | 100 |

Como mostram os dados, os estudantes das escolas públicas estaduais foram os que mais dependeram do bônus para sua aprovação, cenário que tende a se repetir, em linhas gerais, quando se faz a análise por curso. Quanto à declaração de cor ou raça, os maiores beneficiados foram os que se declararam pardos, situação que, com raras exceções, também se repete na análise por curso.

### 3) Cursos Mais e Menos Afetados pelo Bônus

Nas tabelas 10 e 11, a seguir, são apresentados grupos de dez cursos cujo provimento de vagas foi mais e menos afetado, proporcionalmente, pelo programa de bônus. O curso de Medicina, por exemplo, que oferece 320 vagas, teve 67 preenchidas por candidatos que não teriam sido aprovados sem o bônus, sendo a maioria deles egressos de escolas estaduais.

Tabela 10: Cursos mais e menos afetados pelo programa de bônus; percentual de vagas providas em decorrência do bônus e escola pública mais beneficiada.

| Cursos mais afetados      | Vagas (%) | Escola pública | Cursos menos afetados         | Vagas (%) | Escola pública |
|---------------------------|-----------|----------------|-------------------------------|-----------|----------------|
| História Noturno          | 27        | Estadual       | Anal. Sistemas de Saúde       | 0         | -              |
| Direito Noturno           | 23        | Estadual       | Música Bacharelado            | 0         | -              |
| Medicina                  | 21        | Estadual       | Música Licenciatura           | 0         | -              |
| C. Biológicas Diurno      | 20        | Estadual       | Engenharia de Produção        | 1         | Municipal      |
| Conservação e Restauração | 20        | Estadual       | Administração (Montes Claros) | 3         | Municipal      |
| Geografia Noturno         | 20        | Estadual       | Arquitetura Diurno            | 3         | Federal        |
| Farmácia                  | 20        | Estadual       | Filosofia                     | 4         | Estadual       |
| Geografia Diurno          | 18        | Estadual       | Física Noturno                | 5         | Municipal      |
| Veterinária               | 18        | Estadual       | Ciências Econômicas           | 6         | Federal        |
| Nutrição                  | 18        | Estadual       | Aquacultura                   | 6         | Estadual       |

Obs.: Os percentuais estão relacionados ao total de vagas do curso

Os cursos que foram mais afetados pelo programa ofereceram quase 1.100 vagas, ou seja, cerca de 20% do total do vestibular para 2009 e, entre eles estão alguns que, tradicionalmente, recebiam um número muito pequeno de egressos de escolas públicas e de estudantes negros. Dos 78 cursos ofertados em 2009, em 61 deles (78%), os egressos das escolas estaduais foram os que mais se beneficiaram com o bônus, sendo que em 32 cursos (41%) a proporção de egressos das escolas estaduais entre os beneficiados alcançou ou superou 75%.

Considerando a grande seletividade social que caracteriza o ingresso no curso de Medicina, onde a elevada relação candidato / vaga produz forte concorrência no vestibular, é interessante observar, de modo especial, os efeitos produzidos pelo programa de bônus nesse curso. Em 2008, foram aprovados nele 52 egressos de escolas públicas, correspondendo a 16% das vagas, sendo 31 provenientes de escolas federais, 18 de estaduais e três de municipais<sup>15</sup>. Em 2009, foram aprovados 108 egressos de escolas públicas nesse curso, correspondendo a 34% das vagas, sendo 51 provenientes de escolas federais, 52 de estaduais e cinco de municipais. O número de egressos das escolas estaduais praticamente triplicou, igualando-se ao total de alunos de escolas públicas que foram admitidos no ano anterior e superando, inclusive, o total das escolas federais. Essa situação não se registrava na Universidade desde o ano 2000, o que indica ter havido uma mudança expressiva no padrão de exclusão social vigente no curso de Medicina, no que se refere à condição socioeconômica do seu corpo discente.

A tabela 11 relaciona os cursos que admitiram maior e menor quantidade de autodeclarados negros. Entre aqueles cursos onde, comparativamente, os percentuais de vagas providas por negros em razão do bônus foram elevados há também alguns que, até 2008, recebiam proporção muito pequena desse grupo. Esse é o caso dos cursos de Medicina, Farmácia e Ciências Biológicas (turno diurno). Há cursos, no entanto, em que a proporção muito baixa de estudantes negros não foi alterada pelo programa. Entre esses estão: Arquitetura, Engenharia de Produção e Engenharia de Controle e Automação (turno diurno).

---

<sup>15</sup> Esses números, embora específicos para o ano de 2008, refletem a realidade observada para os alunos que ingressam no curso de Medicina na UFMG, pelo menos desde o início dos anos 1990 do século passado, onde a seletividade social só fez aumentar nesse período. Em 1992, 86 dos 320 aprovados para este curso eram egressos de escolas públicas, sendo que 40 deles eram de escolas estaduais.



Tabela 11: Cursos que admitiram maior e menor proporção de negros em decorrência do bônus; % de vagas afetadas e grupo mais beneficiado

| Cursos mais atingidos | Vagas (%) | Cor ou raça beneficiada | Cursos menos atingidos         | Vagas (%) | Cor ou raça beneficiada |
|-----------------------|-----------|-------------------------|--------------------------------|-----------|-------------------------|
| História Noturno      | 21        | Pardos                  | Análise Sistemas. de Saúde     | 0         | -                       |
| Sistema Informação    | 20        | Pardos                  | Eng. Agrícola e Ambiental      | 0         | -                       |
| Direito Noturno       | 18        | Pardos                  | Música Bacharel.               | 0         | -                       |
| Geografia Noturno     | 18        | Pardos                  | Música Licenciatura            | 0         | -                       |
| Farmácia              | 16        | Pardos                  | Estatística                    | 0         | -                       |
| Medicina              | 16        | Pardos                  | Administração (Montes Claros)  | 0         | -                       |
| Nutrição              | 15        | Pardos                  | Engenharia de Produção         | 1         | Pardos                  |
| C. Biológicas Diurno  | 15        | Pardos                  | Eng. Controle Automação Diurno | 3         | Pardos                  |
| Geografia Diurno      | 15        | Pardos                  | Arquitetura                    | 3         | Pretos                  |
| Geologia              | 14        | Pardos                  | Educação Física                | 4         | Pardos                  |

Em seis (7%) dos 78 cursos que participaram do vestibular, não houve alteração da composição de cor ou raça dos aprovados em razão do programa; em três deles (4%), os que se declararam pretos foram mais beneficiados que os pardos; em sete (9%), pretos e pardos foram igualmente beneficiados e nos demais 62 cursos (80%), os pardos foram mais beneficiados que os negros.

O curso de Medicina é, novamente, exemplo do efeito expressivo do programa nesse aspecto. Em 2008, foram admitidos nele 77 estudantes negros, correspondendo a 24% das vagas, sendo que seis se identificaram como pretos e 71 como pardos. Em 2009, o total de negros aprovados passou para 128, correspondendo a 40% das vagas, sendo 29 pretos e 99 pardos. O aumento relativo foi mais significativo no primeiro caso, visto que o número de pretos aumentou cinco vezes, em comparação com 2008, enquanto o de pardos não chegou a crescer 50%. É verdade que, desde 2003 quando se introduziu no questionário o item referente à raça ou cor, o número de negros, em especial o de pardos, já vem crescendo. O ritmo de crescimento foi, no entanto, bastante alterado pela introdução do programa de bônus, tendo em vista que no quinquênio anterior, 2003 a 2008, o número de pretos aprovados passou de dois para seis e o de pardos, de 52 para 71. Também no que se refere à autodeclaração de raça ou cor o programa de bônus se mostrou eficiente para produzir efeitos na redução da exclusão vigente nesse curso, no que concerne à sua composição racial, embora este efeito tenha sido em menor proporção do que o produzido pelo bônus que favorece estudantes de escola pública.

4) O efeito do Programa de Bônus sobre a nota de corte do vestibular

Um dos objetivos da formulação do programa de bônus era cuidar para que seu efeito sobre a nota de corte<sup>16</sup> não fosse superior a dez pontos percentuais. Isto é, pretendia-se que a aplicação do bônus não viesse a produzir queda muito acentuada nos níveis de desempenho do estudante no vestibular. A tabela 12 resume o resultado produzido sobre essa nota nos cursos oferecidos. O efeito máximo registrado foi no curso de Medicina, de 9,4 pontos percentuais, onde ela foi de 69,3% pontos. Caso não tivesse havido o bônus, essa nota teria sido de 78,7%.

Tabela 12: Efeito do programa de bônus sobre a nota de corte do vestibular

| Faixas de pontos percentuais | Número de cursos | % de cursos |
|------------------------------|------------------|-------------|
| Até 3                        | 18               | 23          |
| Entre 3 e 5                  | 33               | 42          |
| Entre 5 e 7                  | 18               | 23          |
| Superior a 7                 | 9                | 12          |

Verifica-se, dessa forma, que esse objetivo foi plenamente atingido. A introdução do programa de bônus não provocou queda no nível de desempenho dos estudantes selecionados no exame vestibular. Houve diminuição da nota de corte em todos os cursos, mas em proporção que não chegou a representar ingresso de estudantes sem condições de prosseguirem os cursos escolhidos.

5) Bônus para escola pública e bônus associado à declaração de raça ou cor

Uma última questão a ser examinada quanto aos efeitos do programa de bônus está relacionada às duas modalidades do programa: a pontuação para escola pública e para autodeclaração de cor ou raça. O que se pretende agora responder é qual teria sido o impacto que o bônus adicional de 5% teve na inclusão de estudantes negros e se o programa teria contribuído para aumentar o efeito de inclusão social do programa.

Para averiguar esses aspectos, foi feita uma simulação de quais estudantes poderiam ter sido aprovados caso houvesse um único bônus, o de 10% para escola pública. Cabem aqui as mesmas ressalvas feitas anteriormente, quando da simulação dos aprovados, na suposição de que não existisse o programa. Os resultados obtidos estão apresentados nas tabelas 13 e 14. Para facilitar a compreensão, reapresentam-se nelas os

<sup>16</sup> Mínimo necessário para a aprovação em um determinado curso, excluídos os pontos advindos do bônus.

resultados da simulação dos aprovados.

Tabela 13: Comparando resultado real e resultados simulados; recorte por categoria administrativa da escola de ensino médio freqüentada; % relativo ao total de vagas

| Resultado                | Escola de ensino médio |      |                 |      |                  |     |        |      |
|--------------------------|------------------------|------|-----------------|------|------------------|-----|--------|------|
|                          | Escola Federal         |      | Escola Estadual |      | Escola Municipal |     | Total  |      |
|                          | Número                 | %    | Número          | %    | Número           | %   | Número | %    |
| Real                     | 644                    | 11,1 | 1.656           | 28,5 | 288              | 5,0 | 2.588  | 44,5 |
| Simulado<br>bônus<br>10% | 622                    | 10,7 | 1.577           | 27,3 | 273              | 4,7 | 2.472  | 42,5 |
| Simulado<br>sem<br>bônus | 538                    | 9,3  | 1.271           | 21,9 | 228              | 3,9 | 2.037  | 35,1 |

Os dados da tabela 13 mostram que o programa de bônus foi responsável pela inclusão na UFMG de 551 estudantes egressos de escolas públicas, correspondendo a quase 10% das vagas ofertadas<sup>17</sup>. Desses 551, apenas 116, ou seja, cerca de 1/5 deles foram aprovados em razão do bônus adicional associado à declaração de raça ou cor. Situação similar é observada quando se consideram os três tipos de dependência administrativa isoladamente: federal, estadual, municipal. Os resultados indicam que, na ausência do benefício associado à declaração de raça ou cor, o efeito de inclusão social do programa de bônus teria sido de 7,4 pontos percentuais do total de vagas e não de 9,5 pontos percentuais.

Tabela 14: Comparando resultado real e resultados simulados; recorte por raça ou cor declarada; % relativo ao total de vagas, excluído quem não quis declarar.

| Resultado          | Pardos |      | Pretos |     | Total  |      |
|--------------------|--------|------|--------|-----|--------|------|
|                    | Número | %    | Número | %   | Número | %    |
| Real               | 1.992  | 37,7 | 437    | 8,3 | 2.429  | 46,0 |
| Simulado bônus 10% | 1.864  | 35,4 | 441    | 8,4 | 2.305  | 43,8 |
| Simulado sem bônus | 1.747  | 33,4 | 367    | 7,0 | 2.114  | 40,4 |

Na tabela 14, por sua vez, é informado que o programa de bônus foi responsável pela inclusão de 315 estudantes negros, em 2009, o que corresponde a 5,4% das vagas ofertadas e a 6,0% dos aprovados que declararam sua raça ou cor. Supondo, portanto, que aqueles que não quiseram fazer essa declaração distribuem-se nas opções de resposta de forma similar à dos que declararam, o número de candidatos negros aprovados pelo bônus poderia ser estimado em 350. Desses, 124, ou seja, quase 40%, foram aprovados em razão do bônus adicional de 5% associado à declaração de raça ou cor. O bônus adicional foi responsável por mais da metade do acréscimo de pardos, isto é, 128 estudantes do total de 245. O bônus adicional, entretanto, não contribuiu para

<sup>17</sup> Não há contradição entre esse número e o de estudantes que foram aprovados em decorrência do bônus, 693, pois na simulação de resultados, parte dos estudantes de escolas públicas que deixariam a lista de aprovados seria substituída por outros, também de escolas públicas.

aumentar, na lista de aprovados, os estudantes que se declararam pretos. Pelo contrário, haveria quatro pretos a mais nessa lista, caso não existisse o bônus adicional de 5%.

## O efeito da expansão de vagas

No vestibular para 2009, houve o maior aumento na oferta de vagas em um só ano em toda a história da UFMG e serão analisados aqui seus efeitos sobre o perfil dos estudantes. Como mais de 60% das novas vagas foram ofertadas no turno da noite, aumento que, por si só, teria sido suficiente para incluir maior quantidade e, provavelmente, maior proporção de egressos da rede pública e de estudantes que se identificam como negros na lista de aprovados. Como é usual nessa Universidade, a grande maioria das vagas ofertadas foi preenchida com os aprovados no vestibular<sup>18</sup>. A fração de vagas que ficou sem provimento, por ausência de aprovados, foi mínima. Na tabela 15 constam os números de vagas preenchidas, por turno de oferta, nos vestibulares de 2008 e 2009.

Tabela 15: Vagas preenchidas no vestibular UFMG; comparando 2008 e 2009.

| Anos                  | Diurnas | Noturnas | Total |
|-----------------------|---------|----------|-------|
| 2008                  | 3.754   | 960      | 4.714 |
| 2009                  | 4.179   | 1.634    | 5.813 |
| Aumento 2009 - número | 425     | 674      | 1.099 |
| Aumento 2009 - %      | 11      | 70       | 23    |

As informações apresentadas até aqui (tabelas 3, 4, 13 e 14) indicam que:

- comparando os dados de 2008 com os de 2009, em números aproximados a proporção de egressos de escolas públicas cresceu em 12 pontos percentuais e a de negros em 16 pontos;
- na ausência do bônus, as simulações sugerem queda na proporção de egressos da rede de escolas públicas em cerca de 10 pontos percentuais e, na de estudantes negros, em aproximadamente seis pontos.

Essas duas observações sugerem que a contribuição do programa de bônus para a inclusão social foi de 10 pontos percentuais e a da expansão de vagas foi de dois pontos. Os números correspondentes no caso da inclusão racial seriam 6 e 10 pontos percentuais, respectivamente. Ou seja, enquanto o papel do programa teria sido preponderante para promover a inclusão social, a expansão de vagas o foi para a inclusão racial.

<sup>18</sup> A expressão vagas preenchidas é utilizada no sentido de terem sido aprovados candidatos suficientes para o provimento das vagas oferecidas. Posteriormente ao vestibular, podem ter ocorrido casos de não preenchimento, porque alguns aprovados não compareceram para fazer o registro acadêmico, etapa essencial para o aprovado poder assegurar a vaga conquistada.

Considerando as limitações já apontadas em relação às simulações feitas seria conveniente, no entanto, confirmar essa afirmação fazendo uso de um método de cálculo alternativo.

Guiando-se pelos resultados de 2008 e considerando que as chances relativas de aprovação dos egressos das escolas públicas e privadas em cursos noturnos e diurnos não seriam alteradas em 2009, na comparação com 2008, é possível estimar a proporção esperada de alunos oriundos de escolas públicas em 2009, na hipótese da inexistência do programa de bônus. Não será aqui detalhado como foi feita essa estimativa<sup>19</sup>. Foi encontrada uma população de egressos de escolas públicas do ensino médio em número correspondente a 34% das vagas de 2009, valor quase igual àquele simulado com os resultados de 2009 sem o bônus (tabela 13). A concordância de resultados sugere que não se está cometendo erros expressivos com a exclusão da pontuação referente ao bônus, ao simular os resultados do vestibular de 2009, mesmo que nesse procedimento deixem de ser considerados candidatos que viriam a ser convocados para a segunda etapa.

Portanto, parece seguro afirmar que, caso o programa de bônus não tivesse sido implementado, a UFMG teria admitido, em 2009, um percentual de egressos de escolas públicas do ensino médio muito próximo ao verificado em 2008 (33%). Isto é, a expansão de vagas, por si só, acarretaria um aumento do número de estudantes egressos de escolas públicas na UFMG, mas seu percentual teria sido mantido no mesmo patamar de 2008. Confirma-se, portanto, a proposição de que a inclusão social que foi feita teve por contribuição principal o programa de bônus. Em comparação com 2008, do acréscimo superior a 1030 egressos da rede pública, que a UFMG recebeu em 2009, cerca de 480 se deu como consequência da expansão de vagas e 551, como resultado do programa de bônus.

De certa forma, pode parecer contraditório o fato de que uma expansão de vagas tão pronunciada no turno da noite não tenha tido, por si só, um resultado significativo para a inclusão de egressos da rede pública. Em parte, isso pode ser justificado pelas mudanças que ocorreram na concorrência pelas vagas desse turno no ano de 2009, em comparação com o de 2008. O número de candidatos às vagas do noturno cresceu 14%,

---

<sup>19</sup> O cálculo é feito analisando-se as chances relativas de aprovação, nos dois turnos, em 2008, e supondo que tal relação não seria alterada em 2009. Por exemplo, em 2008, as chances de aprovação em cursos diurnos, de um estudante de escola privada foram 3,2 vezes superiores às de outro vindo de escola estadual, enquanto que em cursos noturnos elas foram 2,5 vezes maiores. Na ausência do bônus considerou-se que essas relações permaneceriam iguais.

em 2009, mas esse crescimento foi bem maior entre aqueles estudantes originários do ensino médio privado, 22%, do que entre os egressos do ensino médio público, 10%. Esse aumento da procura das vagas noturnas, pelos candidatos da rede privada, é novidade na UFMG e talvez se explique pelo fato de que vários cursos criados em 2009 só são ofertados no turno noturno.

A mesma abordagem, feita com referência à escola em que os aprovados cursaram o ensino médio, pode ser aplicada para a declaração de cor ou raça. Com base nas chances de aprovação em 2008, esse procedimento resulta em estimar que, excluído o programa de bônus, a UFMG deveria ter admitido, em 2009, 36% de estudantes negros. Comparando-se essa estimativa com a apresentada na tabela 14 (40%), observa-se que, agora, a divergência entre os dois dados é um pouco maior. É muito provável que isso se deva à mudança do perfil da declaração de cor ou raça dos candidatos de 2009 já discutida. Dessa forma, indivíduos que, em 2008, se identificavam como brancos passariam a se identificar como negros e, assim, a hipótese de que as chances relativas de aprovação dos diferentes grupos seriam as mesmas nos dois anos, não seria tão efetiva quando se analisou o tipo de escola. Reforça essa suposição o fato de que, embora o programa de bônus tenha sido direcionado exclusivamente aos estudantes de escolas públicas, o aumento do número de candidatos que se declararam negros, na comparação de 2009 com 2008, ocorreu praticamente na mesma proporção, cerca de 15%, tanto na escola pública quanto na escola privada.

Pelos motivos expostos no parágrafo anterior, os autores consideram que a estimativa da tabela 14 deve ser mais aproximada do que ocorreria com a proporção de negros admitidos na UFMG em 2009, na ausência do programa de bônus, do que a apresentada neste item. Assim, como a proporção de negros aprovados passou de 30%, em 2008, para 46%, em 2009, pode-se avaliar que a expansão de vagas contribuiu mais para esse aumento do que o programa de bônus, embora os dois efeitos tenham sido importantes. A expansão de vagas, na ausência do programa, teria elevado o percentual de negros de 30% para 40%, ou seja, um aumento de dez pontos percentuais, enquanto que o programa de bônus seria responsável pelo acréscimo de apenas seis pontos percentuais. Em termos numéricos, o programa de bônus foi responsável pela inclusão de cerca de 350 estudantes que se declararam negros, enquanto que a expansão de vagas essa inclusão foi de 742 aprovados.

A análise dos dados por curso, apresentada nas tabelas 10 e 11, permite observar,

ainda, os efeitos que o programa produziu nos cursos que foram criados ou que expandiram vagas como resultado do projeto que a UFMG apresentou para o Reuni. Entre os dez cursos mais afetados, apenas um deles foi criado nesse projeto e um outro aumentou, em 25%, o número de vagas oferecidas. Em contrapartida, entre os dez cursos que foram menos afetados pelo bônus, três foram criados no interior do projeto da UFMG para o Reuni e outros dois estão entre os que ampliaram bastante a oferta de vagas em razão desse projeto. Ou seja, o impacto do programa de bônus foi maior sobre os cursos que existiam anteriormente ao Reuni. Enquanto 8,1% das vagas foram providas por estudantes dependentes do bônus em cursos novos criados no âmbito daquele programa, nos cursos mais antigos essa proporção de vagas foi de 12,6%.

Duas explicações podem ser dadas para esse fato. Em primeiro lugar, talvez os projetos pedagógicos dos cursos novos ainda demandam maior divulgação, para que venham a ser mais procurados por estudantes de escolas públicas e essa situação pode vir a se alterar nos próximos vestibulares. Em segundo lugar, talvez o fato de a maioria dos cursos do Reuni ser oferecida no turno noturno, onde a composição socioeconômica dos estudantes já é diferenciada em relação aos do turno diurno, as demandas dos candidatos por maior inclusão social já estejam sendo contempladas. Assim, o bônus e o Reuni cumpririam papéis complementares em relação à promoção da inclusão social na educação superior.

## CONCLUSÕES

Os resultados apresentados indicam que as alterações que foram feitas na Universidade Federal de Minas Gerais para o ingresso em 2009, produziram elevação dos padrões de inclusão social até então existentes. O programa de bônus atingiu os objetivos propostos, ainda que ele não tenha alcançado a meta de admitir até 50% de egressos da rede pública de ensino médio. A expansão de vagas associada ao programa Reuni também teve impacto significativo para promover a inclusão social.

Em síntese, o presente estudo evidenciou que:

- a) Para a inclusão social, isto é, para aumentar o número de alunos egressos de escolas públicas, o bônus exerceu papel primordial em relação ao da expansão de vagas. Por sua vez, para promover a inclusão racial, isto é, para aumentar o

número de estudantes que se declararam pardos ou pretos, foi a expansão de vagas que exerceu papel prioritário;

- b) O efeito de inclusão social não foi suficiente para superar a maior representação dos egressos da rede privada na lista de aprovados, quando comparada com a dos candidatos, respectivamente 55% e 50%. Essa sobre representação foi reduzida em comparação com 2008, quando os percentuais correspondentes foram de 67% e 51%. No que concerne à inclusão racial, enquanto a representação dos negros nas listas de candidatos e aprovados foi muito similar em 2009, respectivamente 46% e 47%, em 2008, essa situação foi bastante distinta, ficando os percentuais em 30% e 39% respectivamente;
- c) Os maiores beneficiados pelo programa de bônus foram os egressos das escolas estaduais, exatamente aqueles que, no universo dos candidatos, registram, habitualmente, a menor renda familiar média. Este resultado evidencia o potencial do programa para incluir na Universidade maior número de estudantes pobres;
- d) Vários cursos mais elitizados e cujas vagas são mais disputadas no vestibular em razão de seu elevado prestígio social, foram fortemente impactados pelo programa de bônus, o que contribuiu para produzir alterações importantes na composição socioeconômica do seu corpo discente;
- e) O programa de bônus preservou o mérito como critério de ingresso, dado que a maioria dos aprovados de escola pública e dos negros não dependeu do bônus para ser aprovada e teria sido selecionada mesmo se não existisse o programa. Para os que dependeram do bônus, a alteração verificada nas notas de corte dos cursos foi pequena, indicando que o programa não foi responsável por facilitar o ingresso na Universidade de alunos despreparados para prosseguirem seus estudos. O programa de bônus respeita, portanto, o princípio da diferença, contribuindo para que esses estudantes superem as dificuldades do vestibular por meio de seu próprio esforço.



Mesmo assim, cabe atentar para a necessidade da realização de estudos sobre os efeitos desse programa sobre o desempenho dos estudantes que dele dependeram para serem aprovados. Além disso, continua a existir cursos onde proporção de egressos da rede pública é reduzida, limitada a 25%, restrição esta que é compensada, para alguns deles, pela oferta também no turno noturno, onde é bem maior a proporção de alunos provenientes dessas escolas. Mais grave ainda é a situação de cursos em que as vagas são preenchidas quase exclusivamente por egressos da rede privada. Esse é um campo onde as políticas de inclusão social da UFMG precisam atuar de modo específico, quer identificando alterações no programa de bônus, de modo que ele possa produzir os efeitos desejados, quer introduzindo novos mecanismos de políticas destinados a promover uma mudança significativa no conjunto do corpo discente da Universidade.

Finalmente, é preciso lembrar que as ações afirmativas, como programas de natureza compensatória, apesar de serem aplicados por um prazo determinado, necessitam de um tempo de maturação para serem adequadamente avaliados. A indicação da necessidade de um acompanhamento dos seus resultados por um período de quatro anos, constante da decisão do Conselho Universitário, visa exatamente possibilitar essa maturação para posterior avaliação. Indicações de modificações que resultarem das análises parciais do processo ao longo desse período, podem contribuir com informações relevantes para a avaliação final e a decisão quanto à manutenção dessa política por mais um ou dois períodos.

## Referências bibliográficas

CASTEL, Robert – As armadilhas da exclusão, In: Mariângela B. Wanderley, Lúcia Bógus e Maria Carmelita Yasbek (orgs) – *Desigualdade e a questão social*, São Paulo, EDUC, 2004.

CHAUÍ, Marilena – *Escritos sobre a Universidade*, São Paulo, Editora UNESP, 2001.

FERES Jr., João e ZONISEIN, Jonas – Introdução: Ação afirmativa e desenvolvimento, In: João Feres Jr e Jonas Zoninsein (orgs) – *Ação afirmativa e universidade, experiências nacionais comparadas*, Brasília, Ed. UnB, p. 9 – 45, 2006.

MARTINS, José de Souza (1997). O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal, In: José de Souza Martins – *Exclusão social e a nova desigualdade*,

São Paulo, Paulus, 25-38.

MOEHLECKE, Sabrina – Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial, *Educação e Sociedade*, Campinas, v 25 n 88, especial, p. 757-776, out 2004.

SPOSATI, Aldaíza – *Exclusão social abaixo da linha do Equador*, exposição apresentada no seminário Exclusão Social, realizado na PUCSP em 23 de abril de 1998.